

Intenção de Investimento 2010

DECOMTEC

Área de Competitividade

Pesquisa FIESP de Intenção de Investimento 2010

Equipe Técnica

Março de 2010



PRESIDENTE

Paulo Skaf

DECOMTEC**DIRETOR TITULAR**

José Ricardo Roriz Coelho

DIRETOR TITULAR ADJUNTO

Pierangelo Rossetti

DIRETORIA

Airton Caetano

Almir Daier Abdalla

André Luis Romi

Carlos William de Macedo Ferreira

Cássio Jordão Motta Vecchiatti

Christina Veronika Stein

Cláudio Grineberg

Cláudio José de Góes

Cláudio Sidnei Moura

Cristiano Veneri Freitas Miano (Representante do CJE)

Denis Perez Martins

Dimas de Melo Pimenta III

Donizete Duarte da Silva

Eduardo Berkovitz Ferreira

Eduardo Camillo Pachikoski

Elias Miguel Haddad

Eustáquio de Freitas Guimarães

Fernando Bueno

Francisco Florindo Sanz Esteban

Francisco Xavier Lopes Zapata

Jayme Marques Filho

João Luiz Fedricci

Jorge Eduardo Suplicy Funaro

Lino Goss Neto

Luiz Carlos Tripodo

Manoel Canosa Miguez

Marcelo Gebara Stephano (Representante do CJE)

Marcelo José Medela

Mario William Esper

Nelson Luis de Carvalho Freire

Newton Cyrano Scartezini

Octaviano Raymundo Carmargo Silva

Olívio Manuel de Souza Ávila

Rafael Cervone Netto

Robert William Velásquez Salvador (Representante do CJE)

Roberto Musto

Ronaldo da Rocha

Stefano de Angelis

Walter Bartels

EQUIPE TÉCNICA – Departamento de Competitividade e Tecnologia.

GERENTE

Renato Corona Fernandes

EQUIPE TÉCNICA

Albino Fernando Colantuono

André Kalup Vasconcelos

Célia Regina Murad

Daniela Carla Decaro Schettini

Egídio Zardo Junior

Fúlvia Hessel Escudeiro

Guilherme Riccioppo Magacho

José Leandro de Resende Fernandes

Juliana de Souza

Paulo Henrique Rangel Teixeira

Paulo Sergio Pereira da Rocha

Pedro Guerra Duval Kobler Corrêa

Roberta Cristina Possmai

Silas Lozano Paz

ESTAGIÁRIOS

Michele Cristine Bertolini

APOIO

Maria Cristina Bhering Monteiro Flores

Mauricio Oliveira Medeiros

Destaques

A economia brasileira retomou sua trajetória de crescimento no final do ano passado. Esse quadro gerou um incentivo generalizado ao aumento do investimento pelas empresas industriais, do qual se pode destacar:

- A indústria de transformação deverá investir R\$ 151,9 bilhões em 2010, um aumento de R\$ 31,8 bilhões (26,4%) com relação a 2009;
- O principal investimento em 2010 será em máquinas e equipamentos: serão R\$ 92,7 bilhões investidos (R\$ 11,8 bilhões a mais que em 2009);
- A taxa de investimento (FBCF/PIB) deve atingir 18,4% em 2010, o que é suficiente para garantir um crescimento do PIB superior a 5,5% no ano e, portanto, torna desnecessária a elevação da taxa SELIC;
- Apesar disso, é necessário tornar permanentes os incentivos aos investimentos, como o Programa do BNDES de Sustentação do Investimento, para que a economia retome o ciclo virtuoso de crescimento sem desequilíbrio verificado nos anos anteriores à crise;
- Os investimentos em gestão, inovação e P&D devem aumentar em 2010 e, assim, a parcela de investimento privado em P&D deve atingir 0,58% do PIB, o que, apesar do aumento, é insuficiente para atingir a meta da Política de Desenvolvimento Produtivo (que é 0,65% do PIB em 2010);
- A demanda por recursos públicos, por sua vez, aumentará mais que proporcionalmente: devem ser demandados R\$ 38,5 bilhões em 2010, o que exigirá esforço adicional do BNDES e dos principais financiadores;
- Os investimentos em 2010 focarão a expansão do mercado, mas sem deixar de se preocupar com uma produção eficiente a custos reduzidos, pois as empresas querem recompor a margem e o share perdidos em 2009;
- Assim como no ano passado, a carga tributária é o principal limitante ao investimento, como aponta 67% das empresas. Além de reduzir o consumo, ela retira recursos que poderiam ser reinvestidos;

- Os investimentos se concentrarão nas grandes empresas, as quais serão responsáveis por 79,5% das inversões;
- As grandes empresas são, além disso, as que mais se utilizam de recursos públicos para investir. Já as PMEs dependem essencialmente de seus próprios recursos;
- As pequenas empresas, nesse sentido, destacam-se dos outros portes por enfrentar como um dos principais limitantes ao investimento a falta de recursos próprios;
- As médias, por sua vez, destacam-se por investir principalmente em melhorias de gestão e dos processos produtivos, pois entendem a necessidade disso para crescer em direção às grandes;
- Finalmente, as grandes empresas destacam-se por serem as que mais investem nas inovações e melhorias dos produtos. Porém, são elas que destacam o câmbio como um dos grandes limitantes à realização de investimentos;

Sumário

Apresentação	7
1. Cenário econômico e reação das empresas	9
1.1. Evolução recente dos Investimentos	9
1.2. Intenção de Investimento em 2010	11
1.3. Estrutura dos Investimentos	12
1.3.1. Destino dos Recursos	12
1.3.2. Origem dos Recursos.....	18
2. Estratégia de investimento das empresas.....	21
3. Análise por porte	27
3.1. Intenção de Investimento em 2010	27
3.2. Estrutura dos Investimentos	28
3.2.1. Destino dos Recursos	28
3.2.2. Origem dos Recursos.....	30
3.3. Estratégia das empresas por porte	33
3.3.1. Pequenas Empresas	33
3.3.2. Médias Empresas	35
3.3.3. Grandes Empresas	37
4. Propostas	39
4.1. Propostas Associadas ao Aumento do Investimento.....	39
4.2. Propostas Associadas ao Investimento em Inovação e P&D	40
4.3. Propostas Associadas ao Investimento em Gestão.....	41

Apresentação

Dentre as principais economias do mundo, o Brasil esteve entre os últimos a entrar na crise financeira internacional e entre os primeiros a sair dela. Em agosto de 2008, enquanto o mundo já estava sentindo os efeitos que levariam à maior crise econômica das últimas décadas, a economia brasileira crescia e, inclusive, demonstrava sinais de superaquecimento. Somente a partir do último trimestre é que o país começou a ser ameaçado por uma recessão.

Com a queda das exportações, oriunda da restrição de demanda externa, e a falta de liquidez no sistema financeiro, em razão da fuga de capital, a economia brasileira passou a sofrer gravemente os efeitos da crise. De acordo com estudo do BNDES¹, a retração das exportações foi responsável, direta ou indiretamente, por 63,2% da queda da produção industrial.

O estudo *Um ano de Crise na Indústria de Transformação*, do Decomtec/FIESP, ao avaliar os efeitos da crise constatou a perda líquida de 286 mil empregos entre setembro de 2008 e o mesmo mês de 2009, a queda na produtividade do trabalho de 4,1% e a redução da produção industrial de 8,0%. Além disso, segundo o IBGE, houve uma retração do investimento de 9,9% em 2009 na comparação com ano de 2008, sua maior queda na comparação com o último ano desde 1990 (quando se retraiu 10,9%).

A trajetória recessiva da crise, entretanto, não perdurou por mais de seis meses. Ainda no primeiro semestre de 2009 a economia brasileira já começava a dar sinais de recuperação e, se não fosse pelo fraco desempenho exportador, poderia ter alcançado resultados positivos já no ano passado.

Uma série de políticas governamentais, como desonerações, redução dos juros e garantias de liquidez ajudaram a garantir que a produção e os investimentos voltassem a dar sinais de recuperação muito antes do que se imaginava quando a crise se deflagrou. A produção industrial, que havia caído substancialmente no final de 2008 e início de 2009, voltou a se recuperar ainda no primeiro semestre desse ano, e, mesmo que não esteja ainda no nível pré-crise, deve atingi-lo em 2010. Os investimentos empresariais (bastante voláteis

¹ No estudo do BNDES “Desempenho exportador explica a recuperação lenta da indústria”, é construído o coeficiente de exportações ampliado, o qual, além de considerar a participação das exportações na produção, considera também o valor das exportações indiretas, ou seja, a produção de insumos para mercadorias que tem como destino final o mercado externo.

às expectativas), por sua vez, foram os principais prejudicados e os que mais demoraram a retomar a trajetória de crescimento, só voltando a dar sinais de recuperação no final de 2009.

Assim, conforme foi analisado pelo Decomtec/FIESP no documento *Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP Após a Crise*, apesar de ter sofrido importantes perdas do PIB, do investimento e, particularmente, da produção industrial, o Brasil resistiu bem à crise em comparação com os demais países, mas seu desempenho econômico nos próximos anos, que inclui a recuperação das perdas ocorridas na indústria, ocorrerá em função do comportamento do governo com o objetivo de estimular o desenvolvimento produtivo do país.

Por ser fator chave na determinação do crescimento sustentável e equilibrado da economia, um dos principais prejudicados na crise e, ao mesmo tempo, uma variável bastante vulnerável às expectativas, o investimento deve ganhar atenção especial. A análise da sua evolução e seus determinantes exige detalhamento e evidências, a fim de que seja possível a delimitação das melhores medidas que garantam sua manutenção em níveis suficientemente elevados para permitir o crescimento de longo prazo da economia.

Neste sentido, com o objetivo de analisar a intenção das empresas industriais em investir em 2010, a FIESP realizou, em conjunto com a Toledo & Associados, uma pesquisa com 1.232 empresas entre os dias 1º de dezembro e 17 de dezembro de 2009, questionando-as sobre os investimentos realizados em 2009, a intenção de investir em 2010 e suas estratégias ao realizar novas inversões.

A partir dessa pesquisa sobre a intenção de investimento em 2010 pelas empresas, serão analisadas as estruturas dos investimentos, bem como as estratégias empresarias por portes, de forma a poder dimensionar onde a perspectiva de retomada pós - crise financeira mais afetará a dinâmica produtiva da economia brasileira, permitindo propor alternativas viáveis que garantam uma retomada econômica que minimize os desequilíbrios econômicos.

Finalmente, serão apresentadas as principais conclusões e algumas propostas para incentivar os investimentos, considerando que esta é uma variável determinante do crescimento de longo prazo da economia.

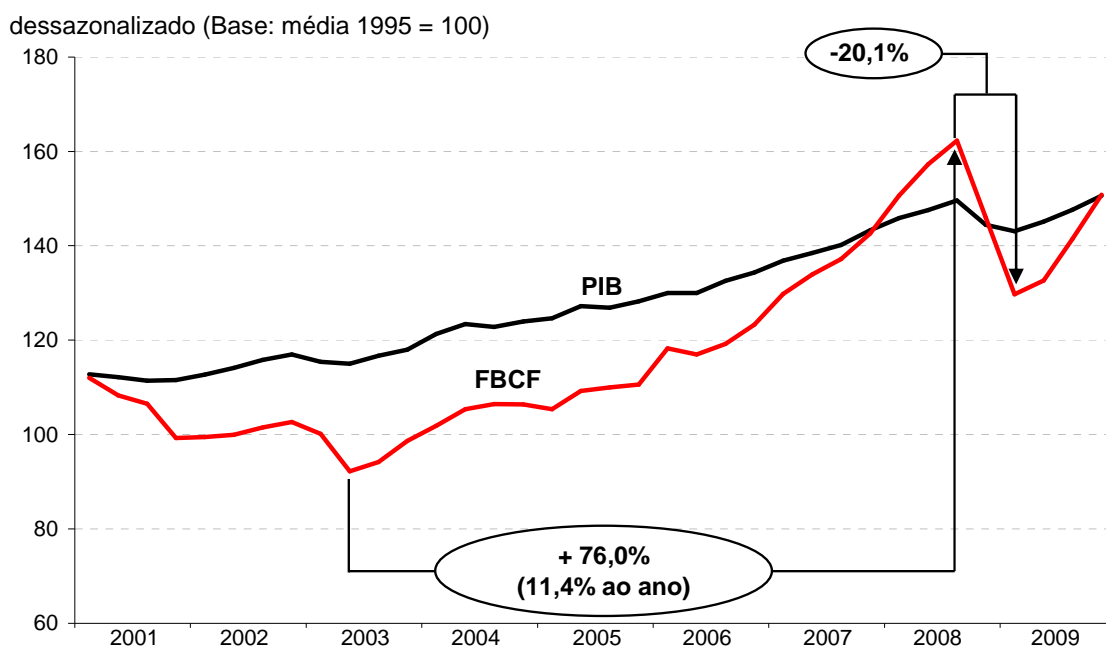
1. Cenário econômico e reação das empresas

1.1. Evolução recente dos Investimentos

A crise financeira internacional freou a tendência clara e quase ininterrupta de ampliação dos investimentos em capital fixo na economia brasileira. De acordo com o IBGE, do segundo trimestre de 2003 ao terceiro de 2008 o investimento (medido pela FBCF) cresceu 76,0% (média de 11,4% ao ano), enquanto que o PIB cresceu 30,1% (média de 5,1% ao ano).

Porém, a escassez e o alto custo do crédito, associados às expectativas pessimistas com relação ao futuro da economia brasileira, que a caracterizaram a partir do final de 2008, desestimularam o empresariado a realizar novas inversões: em dois trimestres (último de 2008 e primeiro de 2009) o investimento se retraiu 20,1%, conforme gráfico:

Gráfico 1 – PIB x Formação Bruta de Capital Fixo – 2001-09



Fonte: SCN/IBGE; Elaboração: Decomtec/FIESP

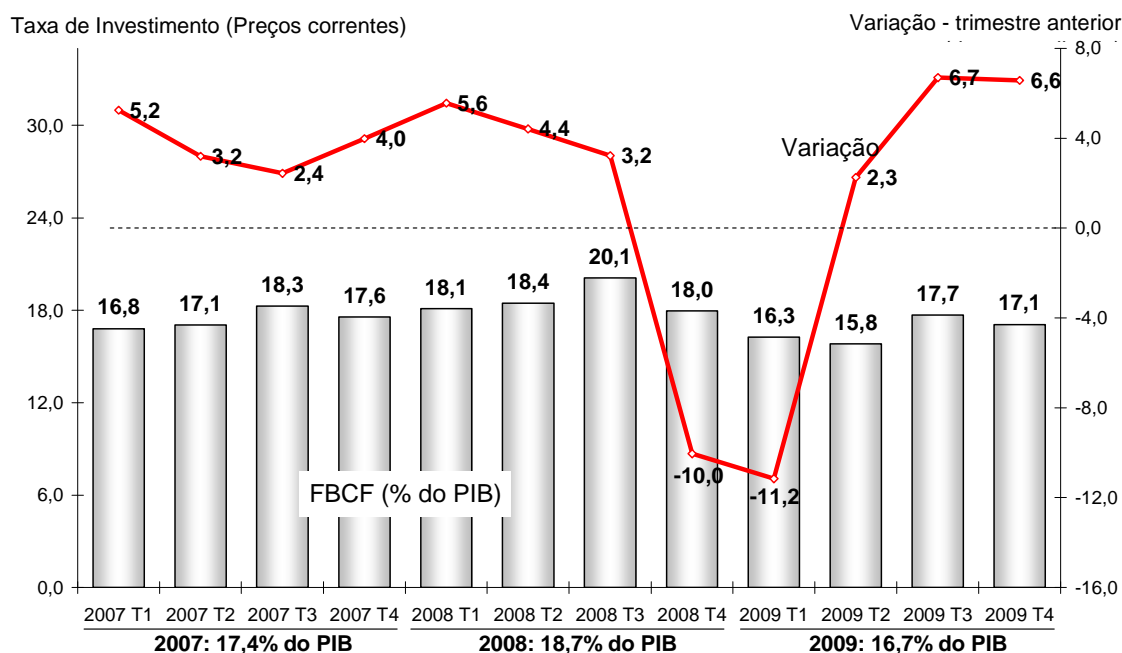
Como o investimento cresceu acima do PIB, esse período foi marcado pela ampliação da taxa de investimento (FBCF/PIB), que saltou de 15,3% no ano de 2003 para 18,7% em 2008 (a preços correntes). A partir do último

trimestre de 2008, entretanto, houve uma clara mudança nessa trajetória expansiva. Acompanhando a queda no PIB, o investimento caiu mais que proporcionalmente, o que acarretou uma retração nessa taxa em 2009, a qual caiu para 16,7% do PIB, retornando a níveis similares ao de 2006.

Depois de apresentar, de acordo com dados do IBGE, queda de 10,0% e 11,2% durante a crise internacional, o investimento voltou a se recuperar. Já no segundo trimestre de 2009 cresceu 2,3%, no terceiro cresceu 6,7% e, finalmente, no último trimestre desse ano cresceu 6,6% com relação ao trimestre anterior (série com ajuste sazonal).

A taxa de investimento, conforme pode ser visualizado no gráfico a seguir, voltou a crescer já no terceiro trimestre do ano passado, mas só poderá superar em 2010 sua maior taxa dos últimos anos (18,7%, atingida em 2008), se houver políticas de incentivo às inversões e melhora nas expectativas do empresariado com relação ao futuro da economia brasileira.

Gráfico 2 – Formação Bruta de Capital Fixo (Variação e % do PIB) – 2007-09



Fonte: SCN/IBGE; Elaboração: Decomtec/FIESP

A recuperação econômica verificada e, em especial, a recuperação dos investimentos, se deveu em grande medida a um conjunto de ações bem estruturadas que fomentaram a produção e o consumo durante a crise. Estímulos fiscais, por exemplo, foram adotados ainda no final de 2008 para

incentivar as vendas. Os estímulos ao investimento, por sua vez, passaram a ser mais robustos a partir de junho de 2009, quando foi lançado o PSI (Programa de Sustentação do Investimento). Além da redução da TJLP de 6,25% para 6,00%, o BNDES criou fundos garantidores de crédito, o Cartão BNDES Inovação, o BNDES Pró-Engenharia, reduziu os juros para aquisição, exportação e produção de bens de capital e os custos das linhas de inovação, além do REFIN-BK e de algumas desonerações de IPI para uma lista de 70 mercadorias.

A recuperação econômica, associada aos incentivos (em especial ao PSI) tem garantido, assim, que o investimento venha se recuperando. Desta forma, para garantir o crescimento equilibrado da economia e para que o país cresça a taxas similares aos outros países em desenvolvimento é necessário tornar esses incentivos permanentes, a fim de que o investimento retome a trajetória de crescimento dos anos pré-crise.

Além disso, a política macroeconômica não pode ser antagônica à estratégia de desenvolvimento industrial. Os incentivos ao investimento não podem ser contrapostos pelo aumento da taxa SELIC, que gera uma quebra de expectativas, levando a redução do investimento.

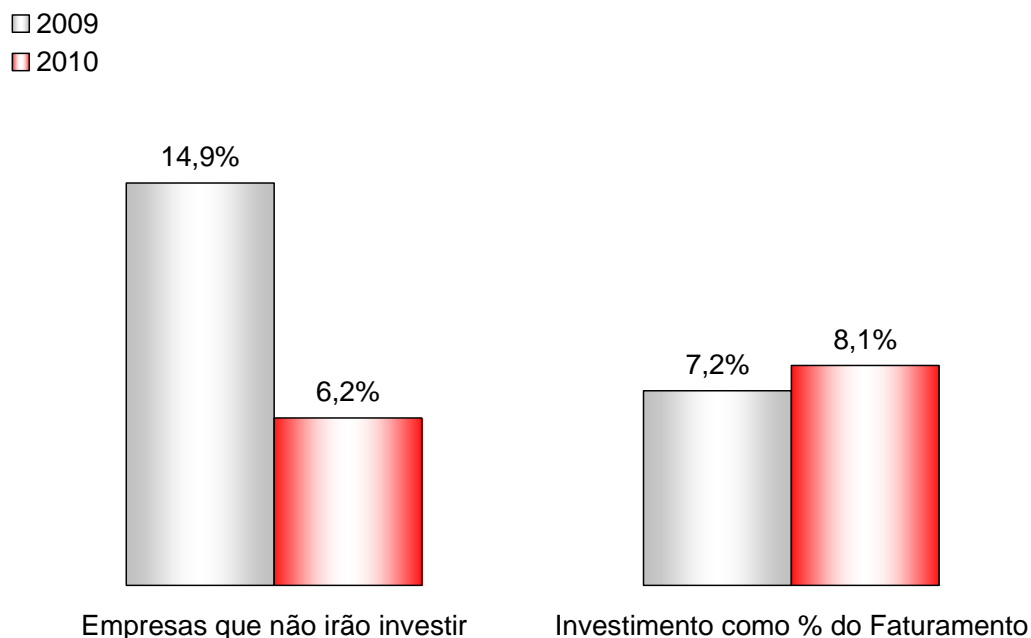
Desta forma, diante da importância que o investimento tem para garantir uma performance econômica positiva de longo prazo e da necessidade de que sejam avaliados seus determinantes, este documento analisará a intenção de investimento para 2010, destacando o que pode restringi-lo ou incentivá-lo, onde as empresas pretendem investir e com quais recursos, a fim de que possam ser estruturadas propostas condizentes com as necessidades da economia brasileira.

1.2. Intenção de Investimento em 2010

De acordo com a Pesquisa FIESP-Toledo, se em 2009 o número de empresas industriais que declaram não ter realizado qualquer investimento foi de 14,9%, em 2010 esse percentual deve se retrair para 6,2%. Não por acaso,

o investimento médio das empresas como parcela do faturamento deve aumentar de 7,2% em 2009 para 8,1% em 2010, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 3 – Intenção de Investimento de empresas industriais – 2009 x 2010



Fonte: Pesquisa FIESP-Toledo; Elaboração: Decomtec/FIESP

1.3. Estrutura dos Investimentos

1.3.1. Destino dos Recursos

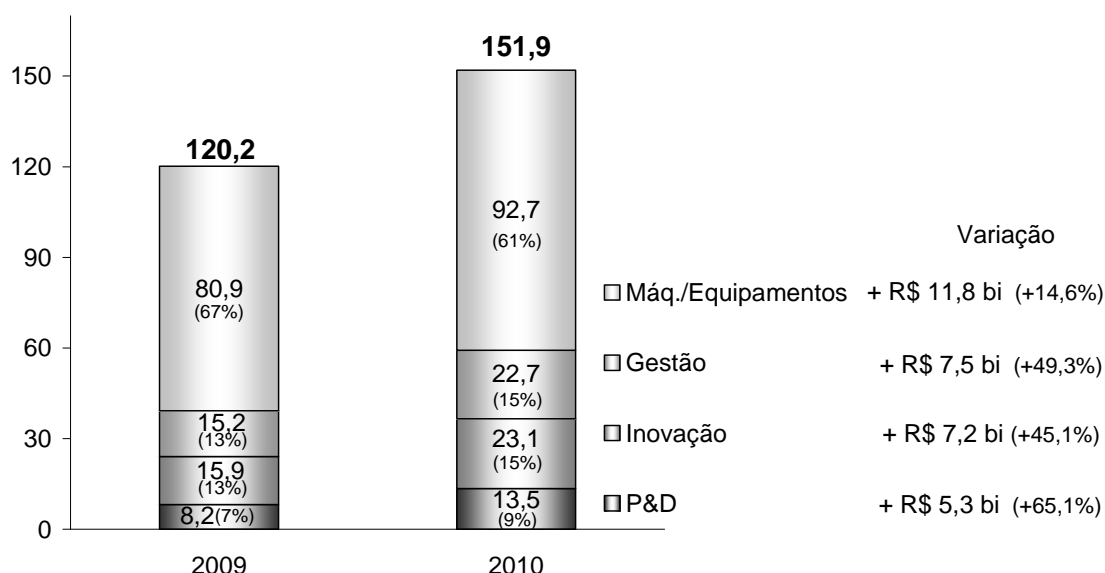
A despeito do elevado crescimento do investimento como um todo, se for analisado sob os diferentes destinos pode-se verificar uma clara assimetria entre estes. O investimento em máquinas, equipamentos e instalações ainda é a principal parcela dos investimentos empresariais (representou 67% do investimento em 2009), a despeito de ser o que deve apresentar menor expansão proporcional em 2010: 14,6%.

Os investimentos em gestão, inovação e, principalmente, em Pesquisa e Desenvolvimento, por sua vez, devem crescer muito acima desse percentual: 49,3%, 45,1% e 65,1%, respectivamente. Deve ocorrer, portanto, em 2010, uma mudança do mix de investimentos, no qual ganharão espaço os investimentos ligados à gestão empresarial e à incorporação de novos produtos

e processos de produção em detrimento do investimento destinados exclusivamente à ampliação da produção, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 4 – Distribuição dos Investimentos – 2009 x 2010

(R\$ bilhões e % do total)



Fonte: Pesquisa FIESP-Toledo, PIA/IBGE, PIM/IBGE, IPA/FGV e Relatório FOCUS/BCB; Elaboração: Decomtec/FIESP

A partir de estimativas² sobre o faturamento das empresas em 2009 e 2010, pode-se inferir que o investimento total das empresas industriais (em máquinas, equipamentos, instalações, gestão, inovação e P&D) deve aumentar 26,4%, crescendo de R\$ 120,2 bilhões em 2009 para R\$ 151,9 bilhões em 2010, ou seja, um aumento de R\$ 31,8 bilhões, colocando em evidência a retomada econômica brasileira, após um ano de restrição das inversões.

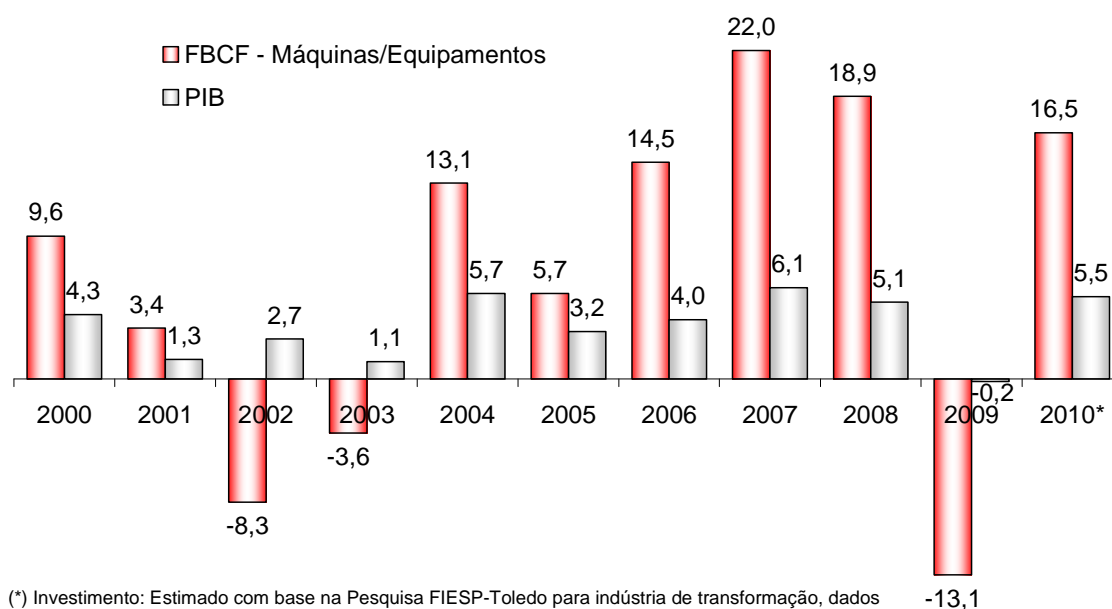
A menor participação de máquinas e equipamentos no investimento da indústria de transformação (que deve passar de 67% do investimento para 61% em 2010) ocorre, portanto, não em função de sua retração, mas da elevada ampliação das outras modalidades de investimento.

² O Faturamento de 2009 foi calculado com base na PIA 2007, do IBGE, atualizando-se pelo IPA-Origem da indústria de transformação da FGV e pela PIM-PF, também do IBGE. Para 2010 assumiu-se um crescimento de 12,0% para a produção industrial (Depecon/FIESP)..

Seu crescimento, considerado em conjunto com o crescimento dos investimentos em maquinário da indústria extrativa e de Petróleo e Gás, está de acordo com a tendência dos últimos anos. Entre 2004 e 2008, quando a economia brasileira cresceu em média 4,8% ao ano, o investimento em máquinas e equipamentos cresceu em média 14,7% ao ano. Em 2004, por exemplo, ano que a economia vinha de um crescimento baixo em 2003, o crescimento no investimento em máquinas e equipamentos de 13,1% foi suficiente para garantir um crescimento do PIB de 5,7%, conforme gráfico:

Gráfico 5 – Crescimento do PIB e do Investimento

variação real ao ano (em %)



(*) Investimento: Estimado com base na Pesquisa FIESP-Toledo para indústria de transformação, dados do BNDES para extrativa e da Petrobras para Petróleo e Gás; PIB: Relatório FOCUS de 5 de março de 2010
Fonte: SCN/IBGE; Elaboração: Decomtec/FIESP

Desta forma, um crescimento nos investimentos em máquinas e equipamentos³ de 16,5% para 2010 é suficiente para garantir que a oferta industrial seja capaz de suprir a demanda, pois está de acordo com o padrão dos últimos anos (período em que PIB do Brasil cresceu 4,8% ao ano e o investimento em máquinas e equipamentos 14,7% ao ano), tornando desnecessária a elevação dos juros para conter a demanda.

³ Considera o crescimento de 14,6% dos investimentos em máquinas e equipamentos da indústria de transformação (Pesquisa FIESP-Toledo), além de informações do BNDES sobre a indústria extrativa e da Petrobrás sobre os investimentos do setor de Petróleo e Gás.

Entretanto, para que a economia brasileira consolide o ciclo virtuoso de crescimento que tem a caracterizado nos últimos anos, é necessário que o investimento em máquinas e equipamentos, principal responsável pela oferta futura da produção industrial, seja incentivado a fim de que sejam cumpridas as metas estabelecidas pela Política de Desenvolvimento Produtivo.

De acordo com as análises feitas pelo Decomtec/FIESP sobre a Política de Desenvolvimento Produtivo, do governo federal, seria necessário que o investimento fixo (Formação Bruta de Capital Fixo) crescesse 11,6% ao ano para atingir a meta de 21% em 2010. Com a crise, entretanto, entre 2008 e 2009 houve uma retração do investimento próxima a 10%, o que comprometeu essa meta.

Ainda assim, é possível que seja atingida uma taxa de investimento bastante superior à taxa de 2009 e, inclusive, maior do que a taxa de 2007, ano em que o país cresceu 6,1%. Considerando que o investimento em infraestrutura, construção e os demais investimentos⁴ cresçam 16,1% em 2010 e que, conforme visto, as inversões em máquinas e equipamentos cresçam 16,5% neste ano, a taxa de investimento atingirá 18,4% em 2010.

Porém, dependendo dos investimentos públicos diretos e dos incentivos ao investimento privado, seria possível superar a taxa de investimento de 2008 (antes da crise) permitindo que a meta, anteriormente proposta para 2010, seja atingida com no máximo dois anos de atraso.

⁴ De acordo com mapeamento do BNDES sobre os investimentos em edificações, o crescimento em 2010 deve ser de 16,1%. Para o restante dos investimentos em infraestrutura utilizou-se a mesma taxa, dado que estudo Visão e Desenvolvimento nº 77, do BNDES sobre investimentos em energia elétrica, telecomunicações, saneamento e transporte chegam a valores próximos ao dos investimentos em edificações

Tabela 1 – Meta de Investimento (FBCF) da PDP

	2007	2008	2009	2010
	Realizado	Meta da PDP (em maio de 2008)		
FBKF/PIB (%)	17,6	18,7	19,8	21,0
Variação FBKF (% a. a.)	12,2	11,6	11,6	11,1
Variação PIB (% a. a.)	5,4	5,0	5,0	5,0
	Realizado			Expectativa*
FBKF/PIB (%)	17,4	18,7	16,7	18,4
Variação FBKF (% a. a.)	12,2	13,8	9,9	16,3
Variação PIB (% a. a.)	6,1	5,1	-0,2	5,5

(*) PIB: Expectativa com base no Relatório FOCUS de 05 de março de 2009; FBCF: Expectativa com base na Pesquisa FIESP-Toledo e dados do BNDES, da Petrobras e da Dest/MP.

Fonte: Avaliação da PDP - Decomtec/FIESP; SCN/IBGE; Elaboração: Decomtec/FIESP

Ao contrário do investimento em máquinas e equipamentos, que está bastante abaixo da capacidade de cumprimento da meta estipulada pela Política de Desenvolvimento Produtivo, o investimento privado em Pesquisa e Desenvolvimento, que era apontado pela FIESP como a principal dificuldade, pois o histórico do Brasil nesse setor não permitia que se projetassem grandes avanços, deve apresentar resultados bastante positivos em 2010, apesar de também estar abaixo da meta estipulada.

O crescimento de R\$ 8,2 bilhões em 2009 para R\$ 13,5 bilhões em 2010 do investimento em P&D pela indústria, conforme aponta a Pesquisa, indica que a meta de atingir 0,65% do PIB em 2010 provavelmente não será atingida, mas que, a despeito da queda de 2009, se aproximará da meta estipulada pela Política de Desenvolvimento Produtivo, conforme tabela:

Tabela 2 – Meta de Investimento Privado em P&D da PDP

	2005	2008	2009	2010
	Realizado	Meta da PDP (em maio de 2008)		
PIB (R\$ bilhões)**	2.147	2.846	2.988	3.137
P&D Privado (R\$ bilhões)	11,6	15,7	17,9	20,4
P&D Privado / PIB (%)	0,54	0,55	0,60	0,65
	Realizado			Expectativa
PIB (R\$ bilhões)**	2.147	2.889	3.145	3.318
P&D Privado - Indústria (R\$ bi)	8,2	10,7	8,2	13,5
P&D Privado - Serviços (R\$ bi)*	3,4	4,5	3,4	5,7
P&D Privado / PIB (%)	0,54	0,52	0,37	0,58

(*) Considera-se que o setor de serviços mantenha constante a participação do investimento de 2005 (29,6%, conforme dados da PINTEC/IBGE), em 2008, 2009 e 2010.

(**) Considera-se o crescimento do PIB utilizado na Tabela 1 (para meta, realizado e expectativa)

Fontes: Avaliação da PDP - Decomtec/FIESP, PINTEC/IBGE, MCT e SCN/IBGE

Elaboração: Decomtec/FIESP

Como é possível verificar, o investimento privado em P&D havia retraído bastante, caindo de 0,52% do PIB em 2008, de acordo com o MCT e para 0,37% do PIB em 2009, de acordo com a pesquisa. Em 2010, entretanto, esse investimento deve ser superior e, de acordo com a intenção do empresariado, atingirá 0,58% do PIB, valor próximo ao investimento de 2005, segundo a PINTEC/IBGE.

Essa queda significativa em 2009, seguida de uma recuperação em 2010, apenas evidencia que o processo decisório de se investir em inovação também é fortemente influenciado pelos fatores determinantes do cenário econômico nacional e internacional. Isto quer dizer que eles também têm um caráter pró-cíclico, ou seja, tendem a aumentar quando a economia está em expansão e a reduzir em momentos de retração.

A análise da Tabela 2 confirma essa tendência para o caso brasileiro no período recente e ainda permite aferir que o resultado bastante positivo da intenção de investimento em P&D para 2010 decorre principalmente da própria expectativa de crescimento do PIB para o mesmo ano, com evidente retomada/superação dos níveis anteriores à crise.

Em menor medida, outros dois elementos podem ser classificados como indutores do aumento do gasto em P&D esperado para 2010: *i)* uma política pública de estímulo à P&D que vem se consolidando no período recente, *ii)* a crescente a percepção das lideranças empresariais de que esse tipo de investimento é um meio de fortalecer a competitividade da empresa.

Ademais, apesar do agravamento das incertezas em consequência da crise econômica do último período, concomitantemente, foi possível visualizar uma preocupação maior por parte do governo e de entidades representativas em mobilizar as empresas para a importância do desenvolvimento de inovações tecnológicas como forma de sobreviverem aos ciclos econômicos.

Aparentemente, essa estratégia de conscientização, aos poucos, está mudando a cultura de inovação no Brasil e os números consolidados da presente Pesquisa para 2010 confirmam esta hipótese. Apesar disso, muitos obstáculos ainda precisam ser superados, haja vista a falta de uma isonomia competitiva em relação aos nossos concorrentes em fatores

como juros, carga e câmbio, fatores que, sem dúvida, influenciaram negativamente no alcance da meta da PDP.

Além do investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, os investimentos em inovação e gestão também devem evoluir muito em 2010. Conforme pôde ser visualizado no *Gráfico 4*, o investimento em gestão deve saltar de 13% para 15% do total investido, assim como o investimento em inovação.

Essa nova estrutura dos investimentos prevista para 2010 demonstra que as empresas têm reconhecido o impacto positivo que os programas de gestão trazem para suas estruturas no curto e no longo prazo. Com a adoção das metodologias de gestão, o efeito imediato para as empresas é o ganho de produtividade e o estímulo às mudanças incrementais em produtos e processos, que, inclusive, podem se tornar atividades cotidianas; por sua vez, no longo prazo, esta medida pode finalmente levar a práticas mais elaboradas e ao aumento dos investimentos em P&D focado na diferenciação de produtos.

É neste sentido, portanto, que devem avançar as políticas que visam estimular as empresas a desenvolverem novas tecnologias. Para as empresas menores o foco deve ser sobre o aprimoramento dos programas de gestão que tem por objetivo qualificar e capacitar essas empresas. Para a indústria brasileira em sua totalidade, igualmente imprescindível é a adequação das políticas à sua realidade, com conseqüente aperfeiçoamento e divulgação dos instrumentos de apoio já existentes.

1.3.2. Origem dos Recursos

Independente de qual tipo de investimento os recursos se destinam (máquinas e equipamentos, gestão, inovação ou P&D), sua principal origem é o caixa da própria empresa. No total, em 2009, 74,5% do investimento foi realizado com recursos próprios, enquanto a utilização de recursos privados de terceiros representou 12,7% e a utilização de recursos públicos foi de 12,8%.

Em 2010, os recursos próprios devem manter-se ainda como a principal fonte de financiamento ao investimento (74,6%). Porém, a demanda por recursos públicos deve aumentar de 12,8% do investimento para 17,3% em 2010, o que deve significar um aumento de 65,5% em termos monetários na

demanda por esses recursos (de R\$ 15,4 bilhões demandados em 2009 para R\$ 25,5 bilhões em 2010), conforme tabela:

Tabela 3 – Origem dos Recursos Investidos (R\$ bilhões)

	Próprio		Privado		Público	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Máquinas e equipamentos	56,2 (69%)	62,2 (67%)	12,0 (15%)	9,2 (10%)	12,8 (16%)	21,3 (23%)
Gestão	13,1 (86%)	19,8 (87%)	1,1 (8%)	1,0 (5%)	1,0 (6%)	1,8 (8%)
Inovação (Produtos e Processos)	13,2 (83%)	19,5 (84%)	1,5 (9%)	1,3 (6%)	1,3 (8%)	2,2 (10%)
Pesquisa e Desenvolvimento	7,0 (86%)	11,9 (88%)	0,7 (8%)	0,7 (5%)	0,4 (5%)	0,9 (7%)
Total	89,5 (74,5%)	113,3 (74,6%)	15,3 (12,7%)	12,2 (8,0%)	15,4 (12,8%)	26,3 (17,3%)

Fonte: Pesquisa FIESP-Toledo; Elaboração: Decomtec/FIESP

De acordo com dados do BNDES, foram desembolsados pelo banco R\$ 137,4 bilhões em 2009, sendo que desses, excluindo desembolsos para a Petrobras e para exportação⁵, R\$ 28,3 bilhões (20,6% do total) destinaram-se para a indústria de transformação. Esse montante foi suficiente para suprir a demanda, mesmo considerando que grande parte dos recursos privados de terceiros (R\$ 15,3 bilhões em 2009) foi financiada por linhas indiretas do banco, o que totalizaria R\$ 30,7 bilhões.

O aumento da demanda por recursos públicos e privados de terceiros, porém, deve saltar de R\$ 30,7 bilhões para R\$ 38,5 bilhões em 2010 e exigirá um esforço adicional do seu principal financiador, o BNDES. O banco, por sua vez, projeta um orçamento total menor do que o realizado em 2009. De acordo com a instituição, devem ser emprestados R\$ 126 bilhões neste ano contra R\$ 137,4 bilhões em 2009. Desta forma, se mantida a mesma participação (20,6%) da indústria de transformação, como em 2009, teríamos apenas R\$ 26,0 bilhões em 2010. Portanto, a demanda poderá superar a oferta, a não ser que haja uma parcela superior aos 20,6% dos desembolsos de 2009 financiando os investimentos da indústria de transformação.

⁵ De acordo com o Boletim BNDES Trimestral nº 10, de 28 de janeiro de 2010 foram destinados R\$ 19,3 bilhões para a Petrobras em 2009. Além disso, R\$ 12,7 bilhões se destinaram ao BNDES Exim e, portanto, não foram destinados ao financiamento de investimentos.

O financiamento público deve aumentar sua participação principalmente para os investimentos em Máquinas e Equipamentos: em 2009 representaram 16% do investimento e em 2010 devem representar 23%. Nesse sentido, as medidas de incentivo ao investimento fixo criadas pelo PSI (Programa de Sustentação do Investimento) devem ganhar ainda mais importância, tendo sido de extrema importância sua prorrogação até o final do ano, porém, é também relevante que se mantenham os juros de 4,5% para bens de capital, como previsto originalmente.

A parcela de recursos públicos para investimentos em gestão, por sua vez, deve aumentar de 6% para 8%, em inovação (produtos e processos) de 8% para 10% e em P&D de 5% para 7%. Porém, como o montante total investido nessas áreas será muito superior, isso deve pressionar a ampliação e a simplificação de programas da FINEP e do BNDES, a reativação de programas como o Revitaliza (único programa que possibilita financiamento à gestão), a criação de novos programas de investimento nessas áreas, particularmente em gestão, e ampliação de linhas de financiamento e subvenção da FINEP, as quais tem se tornado cada vez mais importantes para garantir o investimento empresarial em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

Assim, para garantir que a indústria invista aquilo que pretende em 2010, especialmente em gestão, inovação e Pesquisa e Desenvolvimento, é necessário que os principais financiadores ampliem sua atuação.

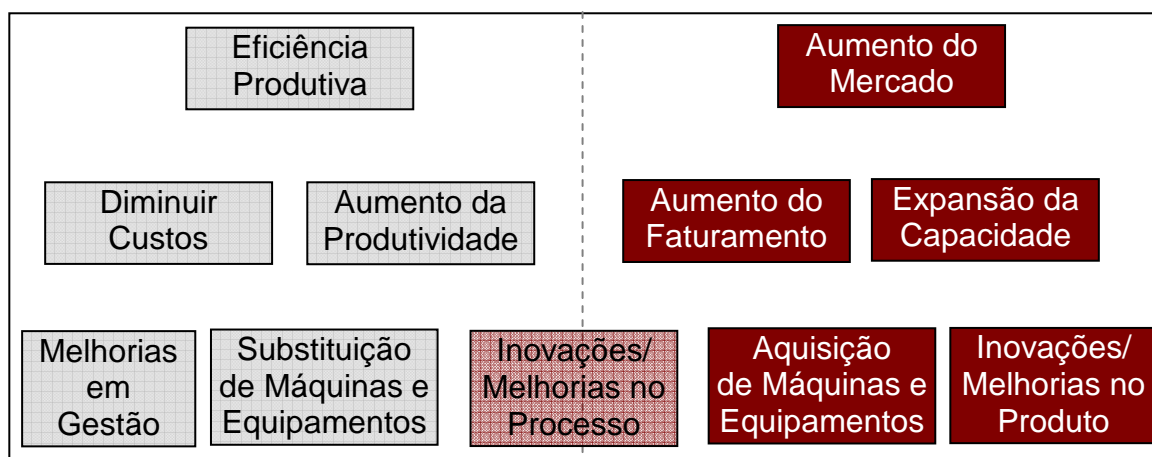
2. Estratégia de investimento das empresas

A análise das estratégias de investimento das empresas é bastante relevante para definição das políticas a serem adotadas quando se pretende incentivar os investimentos. Com o objetivo de analisá-las, assim como com o objetivo de verificar quais são as principais restrições ao investimento, evidenciando quais as principais diferenças entre o investimento realizado em 2009 e a intenção para 2010, a Pesquisa FIESP-Toledo questionou o empresariado sobre os objetivos, as necessidades e os limitantes do investimento, além dos fatores que contribuiriam para alavancá-lo.

Pode-se destacar para a indústria nacional duas estruturas básicas de estratégias distintas que marcam a intenção de investir das empresas industriais: uma voltada para eficiência produtiva, na qual a redução de custos e o aumento da produtividade são principais objetivos; e outra voltada para expansão do mercado, na qual os principais objetivos são o aumento do faturamento e da rentabilidade.

A estratégia voltada para a eficiência produtiva depende de melhorias em gestão e da substituição de máquinas e equipamentos obsoletos, enquanto que a estratégia voltada para o aumento do mercado depende especialmente de inovações e melhorias nos produtos e da aquisição de máquinas e equipamentos:

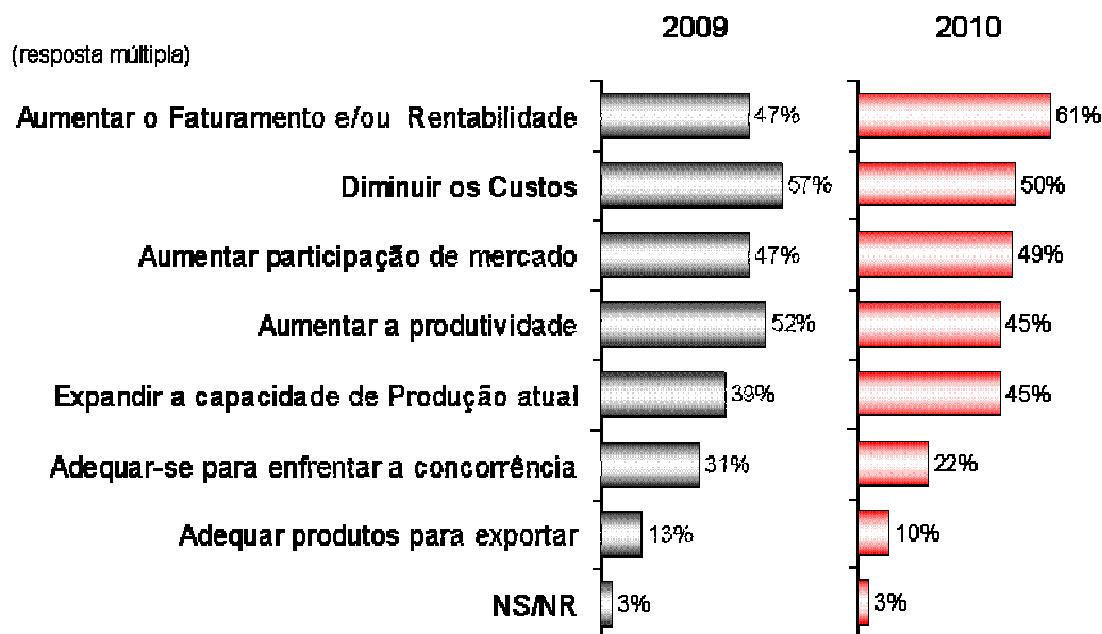
Gráfico 5 – Estrutura das estratégias



Na comparação entre a estratégia de investimento em 2009 e a intenção para 2010 pode-se perceber uma clara mudança da estratégia voltada para eficiência produtiva em direção ao aumento de mercado. No ano passado incertezas com relação à expansão do consumo aumentaram bastante, o que levou o empresariado a buscar ajustar a produção às restrições de mercado. Em 2010, a retomada econômica os levou a busca pela recomposição de margem, que passa tanto pelo aumento do faturamento e rentabilidade como pela redução do custo.

Enquanto em 2009 a redução de custos e o aumento da produtividade eram os principais objetivos (apontados por 57% e 52% do empresariado respectivamente), caracterizando estratégias de sobrevivência diante das adversidades da crise, em 2010 tem-se estratégias de crescimento, a fim de recuperar mercados e ganhar rentabilidade, porém, preocupando-se também com redução de custos e ganhos de produtividade, conforme pode ser observado pelo ranking de objetivos:

Gráfico 6 – Objetivos do Investimento



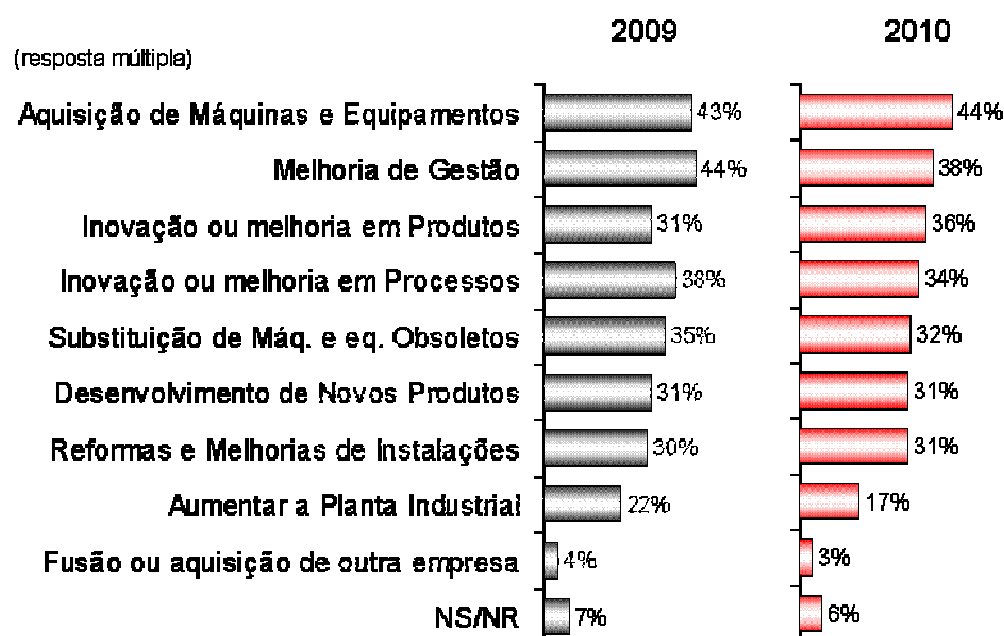
Fonte: Pesquisa FIESP-Toledo e Ipsos-FIESP; Elaboração: Decortec/FIESP

Desta forma, o aumento do faturamento/rentabilidade foi o objetivo que mais ganhou importância (aumentou 14 pontos percentuais), seguido pela expansão da capacidade de produção, que cresceu de 39% para 45% como

um dos principais objetivos do empresariado quando investe, o que mais uma vez demonstra que a indústria está preparada para suprir o aumento da demanda, expandindo sua oferta.

Quando questionados sobre a necessidade dos investimentos, por sua vez, destacam-se dois pontos: i) a perda de importância de melhoria em gestão, de inovações e melhorias em processos e de substituição de máquinas e equipamentos, a despeito de ainda estarem entre as principais necessidades; e ii) o ganho de importância de inovação e melhoria em produtos e de aquisição de máquinas e equipamentos.

Gráfico 7 – Necessidades do Investimento



Fonte: Pesquisa FIESP-Toledo e Ipsos-FIESP; Elaboração: Decortec/FIESP

A aquisição de máquinas e equipamentos passou a ser a principal necessidade citada pelo empresariado quando investe (44%), enquanto a melhoria de gestão, que foi em 2009 a necessidade mais citada, caiu de 44% para 38% em 2010. Isso demonstra que, a despeito de manterem-se como uma das principais necessidades apontadas, as melhorias em gestão, assim como as inovações e melhorias de processo, que foram essenciais para o ajuste realizado em 2009, já não tem a mesma importância, dado que as restrições do mercado são bem menores.

A necessidade de investir em inovação e melhoria de produtos, por sua vez, passou a ser o terceiro mais citado, aumentando de 31% em 2009 para 36% em 2010. Enquanto inovações ou melhorias em processos e substituição de máquinas e equipamentos obsoletos caíram 4 e 3 p. p., respectivamente.

Há, portanto, como já afirmado, uma clara modificação na estratégia das empresas. Se em 2009 predominavam a redução de custo e o aumento da produtividade via melhoria de gestão e inovações e melhorias de processo, caracterizando um ajuste de produção, em 2010 ganham importância também os investimentos visando ganhos de mercado e aumento do faturamento e rentabilidade, os quais se darão via aquisição de maquinário novo, mantendo-se a melhoria de gestão em valores muito próximos à necessidade que mais ganhou espaço em 2010: inovações e melhorias de produtos.

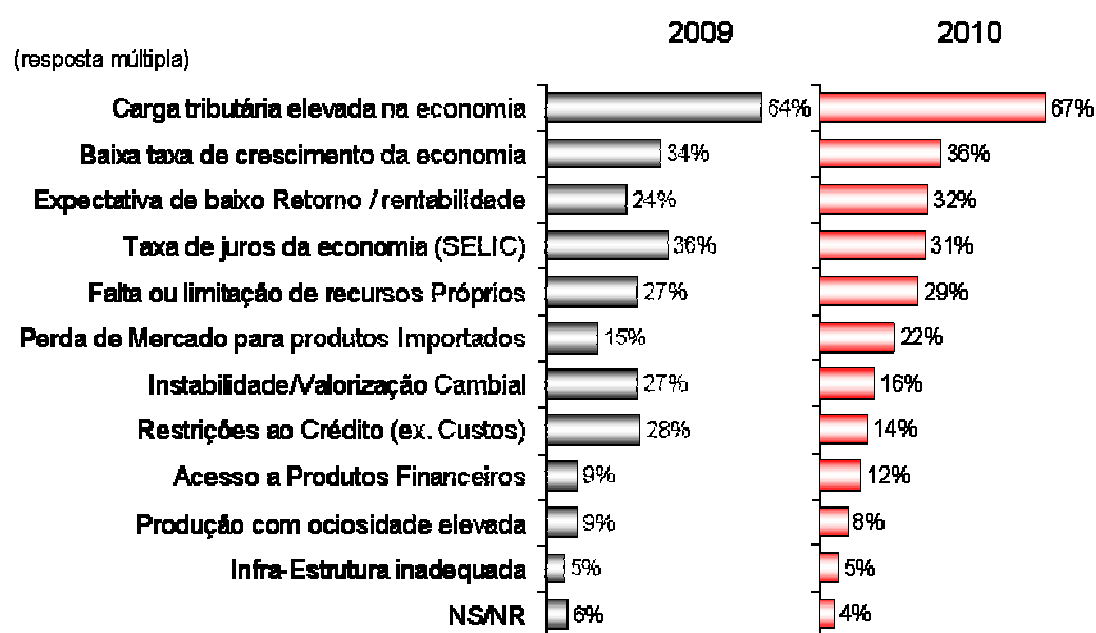
Apesar das diferentes estratégias, a intenção de investir em 2010 encontra a mesma barreira que encontrava no ano de 2009: a carga tributária. Em 2009 os tributos já eram apontados por 64% do empresariado como um dos principais limitantes ao investimento; em 2010 essa parcela superou dois terços dos entrevistados, aumentando para 67%, o que indica que a estabilidade econômica torna ainda mais visível o principal limitante do investimento.

A taxa de juros SELIC, por sua vez, que era apontado como o segundo principal limitante em 2009, foi o quarto em 2010. Quando foi realizada a pesquisa para 2009 a taxa estava em 13,75%. Este ano, entretanto, ela estava em 8,75%, o que indica claramente a importância dos juros básicos estarem em níveis menores, apesar de ainda altos, para que haja investimento.

As Restrições ao Crédito, assim como a taxa de juros SELIC, perderam importância em 2010. Esse fator era apontado por 28% como limitante e, este ano, foi apontado por apenas 14% do empresariado (queda de 14 pontos percentuais, a maior dentre os limitantes). Isso ocorreu porque a crise foi de crédito, em função da baixa liquidez do sistema financeiro. Por isso, em 2009 essas restrições aumentaram bastante, mas já no final desse ano as empresas puderam utilizar muito mais o crédito para realizar investimentos.

A despeito dessas melhoras, alguns fatores ainda são estruturais na economia. A expectativa de baixo retorno e rentabilidade, assim como da baixa taxa de crescimento econômico são temores dos investidores, que não se sentem ainda seguros com a situação econômica. Assim, fatores que comprometem o crescimento, como por exemplo o aumento dos juros, podem reduzir abruptamente as inversões.

Gráfico 8 – Limitantes ao investimento



Fonte: Pesquisa FIESP-Toledo e Ipsos-FIESP; Elaboração: Decomtec/FIESP

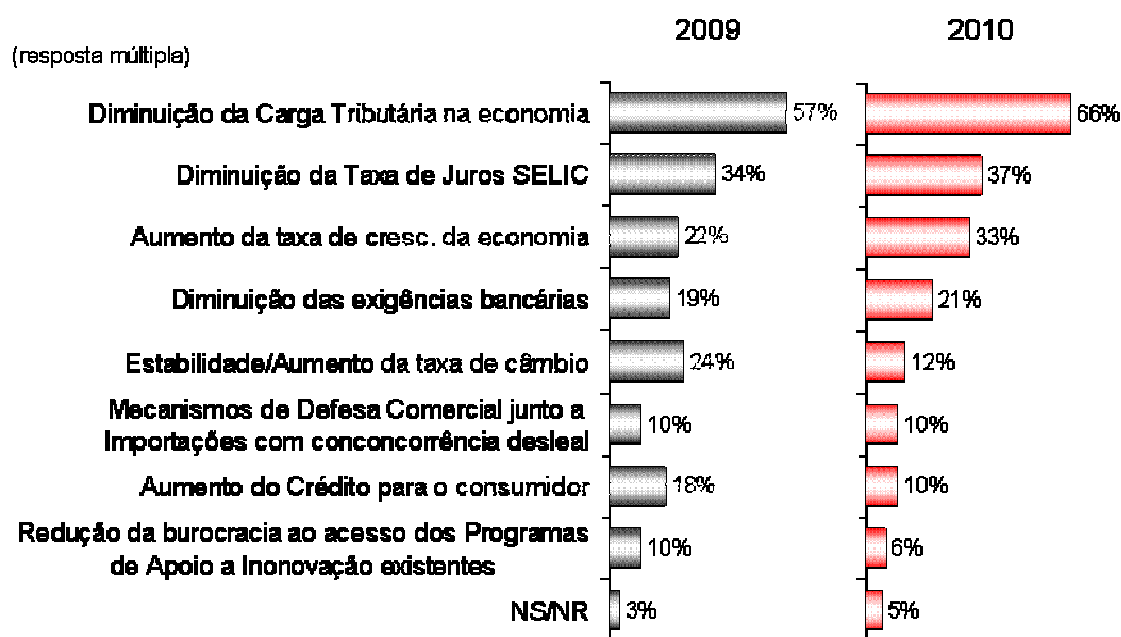
Os tributos continuam a ser o principal limitante aos investimentos na indústria e entre 2009 e 2010 houve um crescimento de 3 p. p. Não por acaso, quando questionados sobre o que os incentivaria a ampliar seus investimentos, dois terços do empresariado aponta para a diminuição da carga tributária.

A elevada carga tributária retira recursos que poderiam ser reinvestidos pela indústria, além de onerar, em parte, o investimento e reduzir o consumo, restringindo o crescimento econômico. Nesse sentido, é essencial que seja reduzida a carga tributária e ampliados os incentivos à aquisição de máquinas e equipamentos para incentivar novos projetos de investimento e a reestruturação de projetos parados.

Outro fator que contribuiria bastante para a ampliação das inversões é a redução da taxa de juros SELIC, conforme aponta 37% do empresariado. A percepção dos empresários foi que a redução da SELIC, ao incentivar o demanda interna, impulsionou os investimentos. Assim, ficou evidente que taxas de juros elevadas, como as que são praticadas no Brasil, devem ficar para o passado, pois, além de reduzir o consumo, implicam em altas despesas financeiras e comprometem recursos que poderiam ser investidos pelas empresas.

Desta forma, se o país pretende consolidar o processo contínuo de crescimento, e isso só é possível com maior investimento, é necessário reduzir os juros e a carga, conforme pode ser verificado no gráfico:

Gráfico 9 – Fatores que contribuiriam para os investimentos



Fonte: Pesquisa FIESP-Toledo; Elaboração: Deconto/FIESP

3. Análise por porte

3.1. Intenção de Investimento em 2010

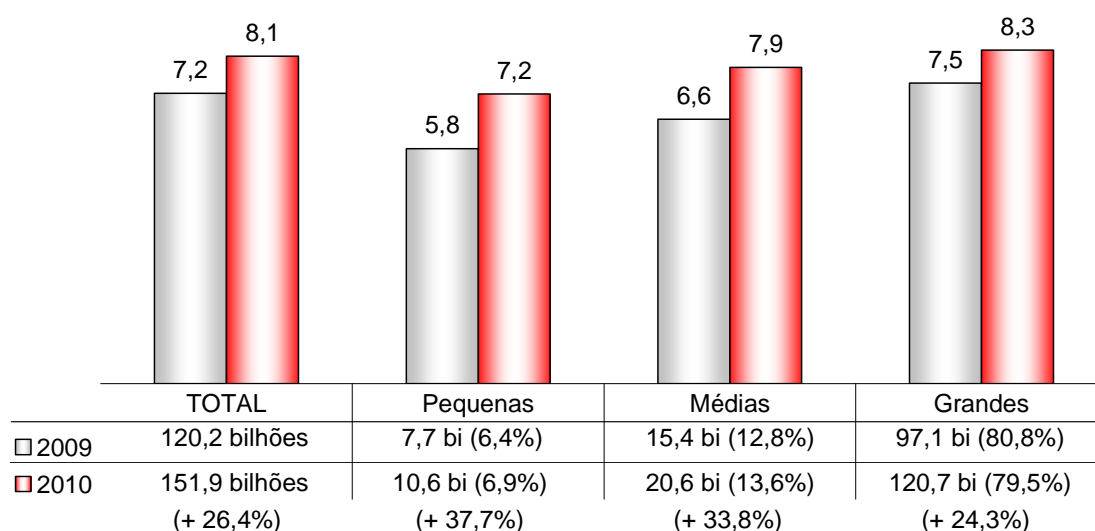
A crise econômica de 2008 e 2009 fez com que muitas empresas abandonassem projetos de investimentos que já estavam programados e desestimulou a elaboração de novos projetos. Não por acaso, conforme foi visto, 14,9% das empresas não investiram no ano passado.

A rápida retomada econômica, entretanto, fez com que grande parte das empresas retomasse os investimentos abandonados e elaborasse novos projetos de investimento.

O impacto da crise e, especialmente da retomada econômica, por sua vez, foi muito diferente em função do porte das empresas. Quanto maior o tamanho da empresa, maior é a intenção de investir em 2010, mas menor deve ser a ampliação do investimento em relação a 2009, conforme gráfico:

Gráfico 10 – Taxa média de investimento por porte

Investimento (% do faturamento e R\$ bilhões)



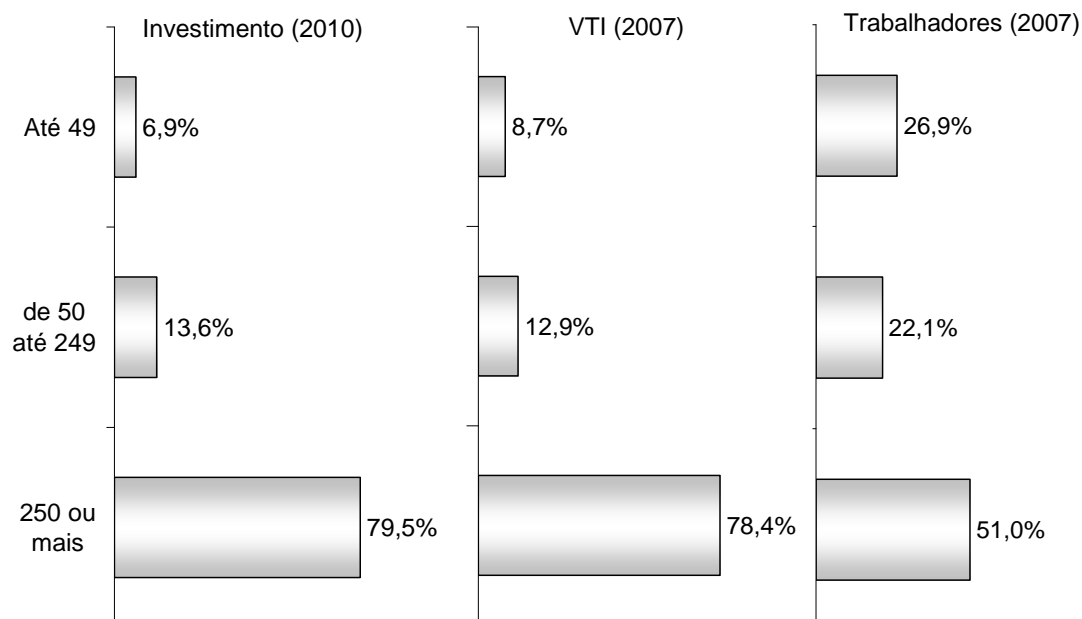
Fonte: Pesquisa FIESP-Toledo; Elaboração: Decomtec/FIESP

Enquanto as pequenas empresas investiram 5,8% do seu faturamento em 2009 e pretendem investir 7,2% em 2010 (aumento de 24,1%), as médias

investiram 6,6% e pretendem investir 7,9% (aumento de 19,7%) e, finalmente, as grandes investiram 7,5% no ano passado e pretendem investir 8,3% nesse ano (aumento de 10,7%).

Há, portanto, a necessidade de incentivar, por meio de customização de produtos e políticas específica, as pequenas e médias empresas a ampliarem seus investimentos para diminuir a concentração da estrutura industrial brasileira. Conforme pode-se verificar no gráfico abaixo, os investimentos, o Valor de Transformação Industrial e até o emprego são bastante concentrados. As grandes empresas têm 79,5% do investimento, 78,4% do VTI e 51% dos empregados. Assim, somente ampliando suas inversões, é que as empresas menores reduzirão essa concentração.

Gráfico 11 – Investimento, VTI e Emprego por porte da empresa



3.2. Estrutura dos Investimentos

3.2.1. Destino dos Recursos

Independente do porte, em 2010 o investimento em máquinas e equipamentos tem valores superiores a 2009 e ainda representa a principal parcela do investimento total. No entanto, perde participação no mix de investimentos principalmente nas grandes empresas, cuja redução é de 8 p. p., enquanto que nas médias e pequenas esse valor é de 2 p. p. Os demais destinos serão, por sua vez, diferentes em função do porte:

- As pequenas empresas foram as que mais investiram em gestão em 2009 (18% do total investido) e pretendem manter essa posição, ampliando o investimento em 2010 para 19%. Além disso, essas empresas devem manter o mesmo nível em inovação (produtos e processos) e ampliar para 6% a participação em P&D. Aparentemente, as pequenas reconhecem a importância de um processo acumulado de melhorias que priorizará a gestão e inovação incremental para, a seguir, buscar práticas mais elaboradas e de maior risco, nesse caso expressas pelo investimento em P&D.
- As médias empresas devem destinar a maior parcela e seus investimentos para máquinas e equipamentos no ano de 2010 (64% do total a ser investido). Aumentarão seus investimentos em gestão e inovação, mas manterão estável a participação do investimento em P&D (6% do total para 2010), o que parece ser compatível, apesar de em menor escala, com a estratégia das pequenas empresas.
- Finalmente, as grandes empresas têm em 2009 e 2010 a menor participação de investimentos em gestão entre os portes. Em inovação, segundo principal destino dos investimentos (só inferior a máquinas e equipamentos), observa-se a maior variação (3 p. p.) entre os portes e também o maior valor previsto para 2010: 16%. O acúmulo de melhorias, associado à estrutura, leva ao maior investimento em P&D entre os portes, com também a maior variação neste período (de 7% para 10%).

Tabela 4 – Destino dos Investimentos por porte

	TOTAL		Pequenas		Médias		Grandes	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Máquinas e Equipamentos	67%	61%	64%	62%	66%	64%	68%	60%
Gestão	13%	15%	18%	19%	14%	15%	12%	14%
Inovação (produtos e processos)	13%	15%	13%	13%	14%	15%	13%	16%
Pesquisa e Desenvolvimento	7%	9%	5%	6%	6%	6%	7%	10%

Fonte: Pesquisa FIESP-Toledo; Elaboração: Decomtec/FIESP

3.2.2. Origem dos Recursos

Para o total de investimentos previstos em todos os portes, observa-se entre 2009 e 2010, o aumento da demanda por recursos públicos (de 13% para 17%) e dos próprios (74% para 75%). Quanto ao financiamento através de terceiros tem-se a redução de 5 p. p.

Quando analisado em função da origem dos recursos, evidencia-se que, em 2009, as pequenas e médias empresas são as que mais dependem dos recursos próprios para realizar investimentos. Enquanto eles representaram 73% do recurso das grandes empresas, representaram 81% para as médias e 83% para as pequenas.

Ao compararmos 2009 com 2010, percebe-se que a maior variação da busca por recursos públicos para a realização de investimentos ocorre também nas grandes empresas (de 14% para 19%), seguido das médias com variação de 4 p. p., e das pequenas com 2 p. p., chegando em 2010 a 12% e 9% respectivamente.

A utilização de recursos públicos (onde predominam as linhas diretas do BNDES) representará uma importante parcela do recurso do investimento em 2010. Porém, são as grandes empresas que mais pretendem utilizar essa fonte (19% dos recursos para investimento das empresas desse porte devem advir dessa fonte). Para as médias empresas, essa fonte deve representar 12%, já para as pequenas, só 9%.

Essa diferença entre os valores pode indicar problemas de acesso aos recursos públicos para as empresas de menor porte.

É interessante notar ainda a relevância dos recursos públicos para financiar a aquisição de máquinas e equipamentos: independente do porte, esse destino é o que mais utilizará os recursos do governo e o que tem maior variação entre os períodos, com 7 p. p. As pequenas empresas terão variação de 4 p. p. com relação a 2009, chegando a financiar 13% do seu investimento em maquinário via recursos públicos, as médias devem financiar 14% (com variação de 4 p. p.) e as grandes, por seu turno, devem financiar 26% desse investimento com estes recursos e são as que apresentam maior variação entre 2009 e 2010: 9 p. p.

Nos investimentos em inovação para todos os portes, recursos próprios com variação de 1 p. p., e públicos com 2 p. p. ganham espaço em detrimento do financiamento através de terceiros que terá um recuo de 3 p. p.

A maioria (90%) do investimento das pequenas empresas em inovação será com recursos próprios, e apenas 5% será com recursos públicos, variação de 1 p. p. com relação a 2009, e ainda o menor valor previsto entre os portes. Novamente aqui deve ser ressaltada a dificuldade de acesso ao financiamento inerente a empresas deste porte.

A maior variação de financiamento oriundo de recursos públicos entre os períodos ocorrerá nas empresas de médio porte: de 4% para 9%. Ainda assim, apesar de terem redução de 2 p. p., entre 2009 e 2010, serão os recursos próprios que financiarão a maior parcela deste investimento com 87%.

Assim como em máquinas e equipamentos, são as grandes empresas as que mais contam com financiamentos decorrentes de recursos públicos para financiar a inovação em 2010, com 10%. Este é o porte que mais investirá em inovação e, como em 2009, o que fará maior uso de recursos públicos. Importante ressaltar que apesar de a utilização de recursos próprios ser a menor entre os portes, observa-se um aumento de 82% para 84% desta fonte entre 2009 e 2010.

O único destino do investimento onde ocorre equilíbrio entre os portes é pesquisa e desenvolvimento, com expressiva maioria de recursos próprios para pequenas, médias e grandes empresas com 88%, 87% e 88%

respectivamente. Grandes e pequenas empresas tiveram entre 2009 e 2010 um aumento de 2 p. p. na participação de recursos próprios.

Com exceção de pesquisa e desenvolvimento, a participação de recursos públicos no destino de investimentos das empresas é diretamente proporcional ao porte. Esta concentração deve-se em grande medida a dificuldade de acesso das empresas de menor porte a estes recursos. Ressalte-se ainda que quando comparada com máquinas e equipamentos a participação do investimento público no financiamento a inovação corresponde a 43%, logo, ainda há um amplo espaço de atuação por parte das agências que financiam a inovação, que pode ser ocupado com a divulgação de seus produtos e a simplificação do acesso.

Finalmente, pode-se perceber também que em pesquisa e desenvolvimento é muito baixa a intenção de uso de recursos públicos o que mais uma vez reforça o argumento da necessidade de divulgação e simplificação das linhas de financiamento desta natureza.

Tabela 5 – Origem dos Recursos por porte

		TOTAL		Pequenas		Médias		Grandes	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
TOTAL	Própr.	74%	75%	83%	83%	81%	80%	73%	73%
	3ºs	13%	8%	10%	7%	11%	9%	13%	8%
	Públ.	13%	17%	7%	9%	8%	12%	14%	19%
Máquinas e Equipamentos	Própr.	69%	67%	80%	79%	76%	75%	68%	65%
	3ºs	15%	10%	11%	8%	13%	11%	15%	10%
	Públ.	16%	23%	9%	13%	10%	14%	17%	26%
Gestão	Própr.	86%	87%	88%	91%	89%	89%	85%	86%
	3ºs	8%	5%	8%	5%	7%	4%	8%	4%
	Públ.	6%	8%	3%	4%	4%	6%	7%	9%
Inovação	Própr.	83%	84%	89%	90%	89%	87%	82%	84%
	3ºs	9%	6%	7%	5%	7%	5%	10%	6%
	Públ.	8%	10%	4%	5%	4%	9%	9%	10%
Pesquisa e Desenvolvimento	Própr.	86%	88%	86%	88%	90%	87%	86%	88%
	3ºs	8%	5%	11%	8%	7%	7%	8%	5%
	Públ.	5%	7%	3%	5%	3%	5%	6%	7%

Fonte: Pesquisa FIESP-Toledo; Elaboração: Decomtec/FIESP

3.3. Estratégia das empresas por porte

A retomada da economia a partir de meados de 2009, depois da crise financeira internacional, modificou a estratégia das empresas, conforme foi visto no segundo capítulo. Se em 2009 predominava uma estratégia voltada ao ajuste da produção (com redução de custo e aumento da produtividade) diante das restrições de mercado, em 2010 devem ganhar mais importância os investimentos buscando expansão do mercado e ganhos de faturamento e rentabilidade, porém mantendo-se a preocupação com os custos.

Apesar disso, diferenças estruturais entre as empresas também são determinantes nas suas estratégias de investimento. Empresas de diferentes portes, diante das diferenças entre os mercados que se defrontam, da sua capacidade de negociação com financiadores, fornecedores e compradores e da própria estrutura interna de produção, investem buscando soluções distintas, conforme será analisado caso a caso:

3.3.1. Pequenas Empresas

O investimento das pequenas empresas em 2010 destaca-se por ter como principal objetivo o aumento do faturamento e da rentabilidade (conforme citou 60% do empresariado). Esse era também o principal objetivo em 2009, mas era apontado por apenas 51% das empresas (houve aumento, portanto, de 9 p. p.). Além disso, é também relevante, para a maioria das empresas desse porte, o aumento da participação de mercado (apontado por 52% do empresariado) e a redução de custos (apontado por 51%).

Para atingir esses objetivos, essas empresas apontam como principais necessidades a aquisição de máquinas e equipamentos (citado por 45% das empresas em 2010) e as inovações e melhorias de produtos e de gestão (ambos citados por 37% do empresariado em 2010).

Isso caracteriza a busca das pequenas empresas por recompor margem depois de um ano de elevadas restrições de mercado, mas sem deixar de se

preocupar com uma produção a custos reduzidos através de um processo acumulado de melhorias, justificando porque essas empresas foram as que mais investiram em gestão em 2009 e porque pretendem manter esse posto em 2010.

No entanto, conforme foi visto, as pequenas empresas são as que mais dependem dos recursos próprios para realização de investimentos. Como limitantes a esses investimentos, além da carga tributária e da SELIC, destaca-se nesse porte, não por acaso, a falta de recursos próprios. Tanto em 2009 (apontado por 35% dessas empresas), como em 2010 (apontado por 34%) a falta de recursos próprios está entre os principais limitantes para as pequenas empresas, demonstrando que há um problema estrutural na obtenção de financiamento externo, o qual gera uma necessidade excessiva dessas empresas se auto-financiarem.

Além disso, como ocorre em todos os portes, a redução da carga tributária e da taxa SELIC seriam os fatores que mais contribuiriam para ampliação dos investimentos. Essas empresas têm consciência de que se a carga e a SELIC aumentarem em 2010 haverá uma retração na demanda e um aumento do custo do investimento, o que inviabilizará novas inversões.

Tabela 6 – Principais Estratégias das Pequenas Empresas 2009 x 2010

Objetivos		Necessidades		Limitantes		Contribuiria	
2009							
Aumentar o Faturamento/ Rentabilidade	51%	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	51%	Carga tributária elevada	61%	Diminuição da Carga Tributária	57%
Diminuir os Custos	48%	Melhoria de Gestão	35%	Aumento da taxa de juros SELIC	35%	Diminuição da Taxa SELIC	36%
Aumentar a participação de mercado	47%	Inovação ou melhoria em Produtos	35%	Falta de recursos Próprios	35%	Redução de exigências bancárias	20%
2010							
Aumentar o Faturamento/ Rentabilidade	60%	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	45%	Carga tributária elevada	65%	Diminuição da Carga Tributária	66%
Aumentar participação de mercado	52%	Inovação ou melhoria em Produtos	37%	Baixa taxa de crescimento da economia	36%	Diminuição da Taxa SELIC	37%
Diminuir os Custos	51%	Melhoria de Gestão	37%	Falta de recursos Próprios	34%	Aumento da taxa de crescimento	33%

Fonte: Pesquisa FIESP-Toledo e Pesquisa Ipsos-FIESP; Elaboração: Decomtec/FIESP

3.3.2. Médias Empresas

As empresas de médio porte, assim como as pequenas, também têm como principal objetivo ao investir o aumento do faturamento e da rentabilidade, conforme citou 65% do empresariado (o maior valor entre os portes). Da mesma forma, a diminuição de custos é um dos objetivos mais relevantes, apontado por 51% do empresariado, a despeito de ter perdido importância na comparação entre 2009 e 2010 (reduziu 10 p. p.). Evidencia-se, portanto, que a estratégia das médias empresas ao investir será, em 2010, a de recompor a margem, porém, se preocupando não apenas com a expansão da produção, mas também com seu baixo custo.

Destaca-se com relação aos outros portes, tanto em 2010 como já se verificava em 2009, a preocupação dessas empresas com a melhoria de gestão (apontado por 41% dos empresários neste ano e por 50% no ano passado) e a inovação e melhoria de processos (apontado por 35% este ano e por 40% no ano passado). Isso demonstra que, apesar da retomada econômica criar novas oportunidades de mercado, o que aumenta a importância das inovações de produto (não estão na tabela, mas cresceu 4 p. p. em 2010), essas empresas ainda tem como principal preocupação os altos custos no processo produtivo e a utilização eficiente dos recursos.

Não por acaso, conforme foi visto anteriormente quando se analisou o destino dos investimentos, as médias empresas aumentarão tanto a parcela dos seus investimentos destinada à gestão, como a parcela destinada à inovação (ambos de 14% para 15%). Essas empresas percebem que essa é a melhor estratégia de investimento para garantir uma produção eficiente, essencial para sustentar o crescimento em direção a empresas de maior porte.

É interessante notar, entretanto, que, apesar de ser apontada como principal limitante por todos os portes, a carga tributária é um problema principalmente para as empresas de médio porte, sendo apontada por 70% dessas empresas em 2010. Por não estarem inseridas dentro de alguns programas exclusivos das pequenas e por não terem as facilidades das grandes empresas na tomada de recursos, as médias são as empresas mais atingidas pela elevada carga tributária, uma vez que, além do aumento do

custo do investimento e da queda de rentabilidade nas vendas, ela retira recursos que poderiam ser reinvestidos.

Assim, a diminuição da carga tributária contribuiria para ampliação dos investimentos principalmente para as médias empresas, conforme aponta 67% do empresariado, aumentando o percentual que já se destacava com relação aos outros portes em 2009, quando era de 60%.

Além da carga, a diminuição da taxa SELIC também ganhou importância (3 p. p.) e se manteve como o segundo principal fator que contribuiria para a ampliação dos investimentos. O receio de um aumento dos juros, que pode restringir o crescimento, é claramente uma preocupação das empresas de médio porte, pois isso desestimularia a demanda por seus produtos.

Tabela 6 – Principais Estratégias das Médias Empresas 2009 x 2010

Objetivos		Necessidades		Limitantes		Contribuiria	
2009							
Diminuir os Custos	61%	Melhoria de Gestão	50%	Carga tributária elevada	69%	Diminuição da Carga Tributária	60%
Aumentar a produtividade	53%	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	43%	Aumento da taxa de juros SELIC	37%	Diminuição da Taxa SELIC	34%
Aumentar a participação de mercado	48%	Inovação ou melhoria em Processos	40%	Baixa taxa de crescimento da economia	35%	Estabilida-de da taxa de câmbio	24%
2010							
Aumentar o Faturamento/ Rentabilidade	65%	Melhoria de Gestão	41%	Carga tributária elevada	70%	Diminuição da Carga Tributária	67%
Diminuir os Custos	51%	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	41%	Baixa taxa de crescimento da economia	35%	Diminuição da Taxa SELIC	37%
Aumentar participação de mercado	46%	Inovação ou melhoria em Processos	35%	Expectativa de baixa rentabilidade	33%	Aumento da taxa de crescimento	33%

Fonte: Pesquisa FIESP-Toledo e Pesquisa Ipsos-FIESP; Elaboração: Decortec/FIESP

3.3.3. Grandes Empresas

As grandes empresas, que tinham como principal objetivo em 2009 a redução de custo (apontada por 59%), apresentam em 2010 o aumento da produtividade e o aumento da participação de mercado como principais objetivos, conforme afirmam 53% e 52% do empresariado, respectivamente.

O aumento da produtividade, por sua vez, é o objetivo que mais se destaca na comparação com os outros portes, pois se apresentou 7 p. p. acima da média da indústria (45%). Assim, torna-se evidente que, para as grandes empresas, é bastante relevante o ganho de participação no mercado, mas é essencial fazê-lo com uma produção bastante eficiente.

Para atingir esses objetivos, por sua vez, as grandes empresas apontam como principais necessidades a aquisição de máquinas e equipamentos (48%), inovação ou melhoria em produtos (48%) e reformas e melhorias de instalações (38%). Isto evidencia, por um lado, sua preocupação com a intenção de aumentar sua produção e, por outro, o aumento de sua participação no mercado denotado pela maior parcela de investimento destinada à inovação de produto dentre os portes.

Dentre os limitantes aos investimentos das grandes empresas, assim como no resto da indústria, a carga tributária é o principal, sendo, sua redução, o fator que mais contribuiria para ampliação das inversões.

No entanto, destaca-se nesse porte a preocupação com a valorização cambial (apontada por 33% em 2010) em substituição ao aumento da SELIC (que era apontado por 38% em 2009). O câmbio valorizado, além de tornar os produtos menos competitivos internamente, dado que o produto dos concorrentes internacionais se torna mais barato, reduz as receitas com exportação das empresas que mais agregam valor (pois tem seu custo em real e vendem em moeda estrangeira) e, assim, desestimula os investimentos destinados à produção para exportação.

Assim como para todos os outros portes, para as grandes o que mais contribuiria para a ampliação do investimento seria a redução da carga e da SELIC. Um aumento dos tributos e dos juros, portanto, ao reduzir a demanda e

elevar os custos das inversões, impossibilitaria a retomada da trajetória de crescimento com investimento verificada nos anos que antecederam a crise.

Tabela 6 – Principais Estratégias das Grandes Empresas 2009 x 2010

Objetivos		Necessidades		Limitantes		Contribuiria	
2009							
Diminuir os Custos	59%	Inovação ou melhoria em Processos	47%	Carga tributária elevada	56%	Diminuição da Carga Tributária	49%
Aumentar a produtividade	56%	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	45%	Baixa taxa de crescimento da economia	39%	Diminuição da Taxa SELIC	31%
Aumentar a participação de mercado	46%	Melhoria de Gestão	43%	Aumento da taxa de juros SELIC	38%	Aumento da taxa de crescimento	29%
2010							
Aumentar a produtividade	53%	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	48%	Carga tributária elevada	67%	Diminuição da Carga Tributária	58%
Aumentar participação de mercado	52%	Inovação ou melhoria em Produtos	41%	Baixa taxa de crescimento da economia	39%	Diminuição da Taxa SELIC	36%
Expandir a capacidade de Produção	48%	Reformas e Melhorias de Instalações	38%	Valorização Cambial	33%	Aumento da taxa de crescimento	32%

Fonte: Pesquisa FIESP-Toledo e Pesquisa Ipsos-FIESP; Elaboração: Decomtec/FIESP

4. Propostas

As medidas anticíclicas e de incentivo ao investimento foram extremamente importantes para que a economia brasileira fosse uma das primeiras a superar a crise financeira internacional.

Entretanto, mesmo que o pior já tenha passado, é necessário que seja mantida uma postura ativa de incentivos ao investimento fixo e aos investimentos em gestão, inovação e Pesquisa e Desenvolvimento. Esses investimentos são a base para garantir o crescimento sustentado de longo prazo da economia, reduzindo ao máximo os desequilíbrios conjunturais.

É preciso, portanto, que seja retomada a agenda de competitividade, estruturando uma política industrial que deve ser foco constante de discussão e debate de forma avançar e caminhar incorporando sugestões, experiências e, sobretudo, o olhar de seus usuários finais, a indústria.

Visando contribuir com essa política, apresentamos algumas propostas que julgamos que precisam ainda ser discutidas de forma a ampliar o escopo de ações e, sobretudo, garantir um nível de investimento adequado ao crescimento do país.

4.1. Propostas Associadas ao Aumento do Investimento

4.1.1. Reduzir Custo do Crédito para Investimentos

- Reduzir os Spreads dos Agentes
- Reduzir a TJLP e manter os juros do PSI (Programa de Incentivo ao Investimento do BNDES) em 4,5% para bens de capital

4.1.2. Facilitar o Acesso ao Crédito

- Reduzir a Burocracia nas Operações de Investimento
- Reduzir Assimetria de Informações no Mercado
- Operacionalizar Mecanismos de Garantias

4.1.3. Ampliar a Oferta de Crédito para o Investimento

- Aprimorar o Proger e incluí-lo na PDP.
- Estruturar os Bancos Públicos para Operações de Financiamento ao Investimento
- Incentivar os Bancos Comerciais a Operar Linhas de Crédito Direcionado
- Aumentar a Capilaridade do Sistema de Financiamento ao Investimento

4.1.4. Adequar e Desenvolver Produtos de Financiamento ao Investimento

- Aprimorar Produtos Existentes
- Potencializar Produtos
- Desenvolver Novos Produtos

4.1.4. Divulgar as Linhas e Capacitar a Indústria

- Divulgar as Linhas de Crédito e Programas da Política de Desenvolvimento Produtivo
- Realizar a Capacitação na Utilização das Linhas
- Incrementar os incentivos aos investimentos

4.2. Propostas Associadas ao Investimento em Inovação e P&D

4.2.1. Aumentar as Atividades de Inovação nas Empresas

- Validar os Instrumentos da Lei de Inovação
- Ampliar e Consolidar o Instrumento de Subvenção Econômica

- Operacionalizar e Aprimorar a Lei nº 11.196/05 e reestruturar incentivos fiscais às MPMEs
- Utilizar Créditos Tributários para Investimento em P&D
- Disponibilizar Recursos dos Fundos Setoriais
- 4.2.1.6. Ampliar o Financiamento à Inovação
- Ampliar a Participação do Mercado de Capitais no Financiamento à Inovação

4.2.2. Criar Ambientes de Inovação Focados nas Empresas

- Realizar a Difusão e Extensão Tecnológica.
- Desenvolver um Sistema Nacional de Parques Tecnológicos

4.2.3. Consolidar o Sistema Nacional de Inovação

- Modernizar a Infra-estrutura Básica e de Serviços Tecnológicos – Tecnologia Industrial Básica (TIB)
- Capacitar Recursos Humanos para Inovação
- Reforçar a Infraestrutura de Suporte à Propriedade Intelectual

4.3. Propostas Associadas ao Investimento em Gestão

- Criação de um **Programa de Extensão em Gestão Industrial** voltado para o aumento do conhecimento e a aplicação de técnicas de gestão nas Micro e Pequenas Indústrias.